

## APURAÇÃO

# Morte de JK deve ser investigada de novo

Informações recentes apontam que pode ter ocorrido sabotagem no carro em que estava o ex-presidente. Expectativa é de que reunião hoje reabra o caso

» RENATO SOUZA

Informações obtidas pelas comissões da Verdade de São Paulo e de Minas Gerais vão levar o governo federal e a Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos a reabrir a investigação sobre a morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek, construtor de Brasília.

A comissão se reúne hoje, no Recife, e a expectativa é de que determine oficialmente a reabertura das apurações. Juscelino morreu em um acidente de carro na Rodovia Presidente Dutra, no Rio de Janeiro, em agosto de 1976 (**leia Memória**).

Diligências realizadas durante o regime militar concluíram que a morte foi uma fatalidade, mesma avaliação feita pela Comissão Nacional da Verdade, em 2014, e pela comissão externa da Câmara dos Deputados, convocada em 2001 pelo então deputado Paulo Octávio, casado com a neta de JK Ana Cristina Kubitschek. Porém, novas informações indicam que pode ter ocorrido sabotagem mecânica, intoxicação do motorista do veículo em que estava o ex-presidente ou até mesmo um tiro disparado contra o condutor.

O Opala era dirigido por Geraldo Ribeiro. Em 1996, o perito Alberto Carlos de Minas exumou o corpo do motorista e disse ter encontrado uma perfuração no crânio compatível com fratura causada por disparo de arma de fogo. A versão oficial durante o regime militar era de que o veículo bateu em uma carreta após ter sido atingido por um ônibus da Viação Cometa.

Porém, em depoimento ao Ministério Público Federal (MPF), em 2013, Josias Oliveira, que dirigia o coletivo, afirmou ter recebido uma proposta de propina para assumir a culpa pelo acidente. O órgão concluiu que não houve colisão com o ônibus, mas afirmou que não era possível afirmar ou negar ter se tratado de um atentado. A avaliação é de que a destruição do Opala no pátio da delegacia dificultou uma análise mais aprofundada.

A nova investigação da comissão deve avaliar elementos históricos e pode coletar novos depoimentos de testemunhas e envolvidos no caso, inclusive investigadores. Documentos divulgados pelo jornalista Jack Anderson, no *The Washington Post*, afirma que JK seria um potencial alvo da Operação Condor — plano coordenado entre ditaduras sul-americanas para eliminar opositores políticos. O nome do ex-presidente aparece na mesma folha do diplomata chileno Orlando Letelier, assassinado em um atentado em Washington em setembro de 1976, um mês após a morte do líder político brasileiro. A CIA assumiu participação na morte de Letelier.

arquivo/EM/DA Press



O Opala em que Juscelino estava ficou destruído no acidente na Via Dutra em agosto de 1976

Arquivo - CB



Fundador de Brasília, Juscelino governou o Brasil de 1956 a 1961

## Desaparecido político

O engenheiro e ex-deputado federal Rubens Paiva foi sequestrado e assassinado pela ditadura. O corpo nunca foi encontrado. A luta da mulher dele, Eunice Paiva, para que o Estado reconhecesse ter sido o responsável pela morte é contada no filme *Ainda estou aqui*, concorrente ao Oscar.

## Perseguição

A advogada e pesquisadora Lea Vidigal Medeiros — uma das autoras do livro *O assassinato de JK pela ditadura: documentos oficiais* — afirma que era de interesse dos militares que comandavam o regime instaurado em 1964 que o ex-presidente fosse morto.

Lea Medeiros destaca que, em 1976, JK participava de planos para a abertura democrática, o que incomodava os oficiais da ditadura. “Ele foi cassado, perseguido, vítima de tentativas de assassinato. Juscelino saiu de São Paulo para o Rio em um momento em que ele estava agindo

## Memória

### Colisão na Via Dutra

*As causas do acidente que vitimou Juscelino Kubitschek — presidente do Brasil de 1956 a 1961 — e o motorista são consideradas controversas e a maioria das investigações busca apontar o motivo pelo qual o condutor do Opala, Geraldo Ribeiro, teria perdido o controle do carro. O veículo, que trafegava pela via Dutra, atravessou o canteiro central, invadiu a pista oposta da rodovia e colidiu com um caminhão carregado com 30 toneladas de gesso.*

politicamente pela abertura democrática”, diz. “Está também documentado que havia planos para assassinar Juscelino e havia uma preocupação da Operação Condor para eliminar oponentes. Isso tudo está no relatório.”

A pesquisadora ressalta que o Opala onde estava JK sofreu alterações na delegacia que prejudicaram as investigações sobre as circunstâncias da morte. Mas, conforme explica, uma perícia no automóvel mostrou evidências de que não se tratou de um acidente.

“O carro foi de encontro a uma carreta de maneira programada. O perito afirma que não

tem como isso ter sido um acidente. Demoliu completamente a perícia feita pelo Instituto Carlos Éboli, que era o instituto da ditadura. As evidências também mostram que a perícia da ditadura foi alterada e ocultada. Dentro do pátio da polícia, eles quebraram uma lanterna do carro e depois usaram essa lanterna como causa do acidente”, conta.

## Rubens Paiva

Neste mês, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou que a certidão de óbito dos desaparecidos no regime militar seja alterada para constar como morte violenta causada pelo Estado. Lea enfatiza que o mesmo deve ser feito com a certidão de JK, em razão de uma reparação histórica.

Ela argumenta que, nesses casos, o ônus da prova se inverte, e o Estado deve comprovar que não foi o autor da morte, já que a vítima não está mais viva para se defender.

“A vítima nunca vai conseguir provar que foi assassinada. E é o Estado que tem que provar que não cometeu esse assassinato. Tem de ser alterada a causa da morte. É exatamente o mesmo caso do Rubens Paiva. A pessoa desapareceu, ela foi perseguida, torturada e desapareceu. Não tem como provar que eles mataram”, destaca. “É claro que, no caso do Rubens Paiva, tem elementos, como relatos de testemunhas. Mas o Estado tem de provar que não matou. Em relação a Rubens Paiva, inverteu-se o ônus da prova e se alterou a certidão de óbito. No caso de JK, é no mesmo sentido. Agora, a Comissão de Mortos e Desaparecidos tem essa oportunidade, neste momento, de fazer uma reparação histórica.”

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

## Furor tarifário faz de Trump passageiro do passado

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, determinou tarifas recíprocas a países que cobram taxas de importação de produtos americanos. Os memorandos assinados ontem, porém, são menos formais do que o “tarifaço” contra parceiros comerciais, entre os quais o Canadá, o México e o Brasil, cujo aço e alumínio passarão a pagar 25% de imposto para entrar no mercado norte-americano. Os principais alvos são países com os quais os EUA têm déficit na balança comercial — ou seja, gastam mais com importações do que recebem com exportações. Mas esse não é o caso do Brasil, que importa mais do que exporta.

Intitulado Plano Justo e Recíproco, o memorando protecionista de Trump é uma tentativa de fazer a roda da história voltar para trás. Parte da ideia é de que os EUA estão sendo ultrapassados pela China por causa do livre-comércio e da globalização, dos quais a União Europeia e outros países, como os já citados, se beneficiaram muito mais. Entretanto, foram os norte-americanos que transferiram as fábricas para a China em busca de mão de obra mais barata. Não contavam com a possibilidade de os chineses ultrapassarem o estágio de produção de bens de consumo de baixa composição tecnológica e transitarem para a economia do conhecimento e da alta tecnologia.

O comunicado da Casa Branca também adverte a União Europeia, que pode virar marisco na disputa entre os EUA e a China. Trump se queixa de que os europeus exportam crustáceos e moluscos para os Estados Unidos, mas proíbem importações dos mariscos de 48 estados americanos. Além disso, impõem uma tarifa de 10% sobre carros importados, enquanto os EUA cobram apenas 2,5%.

Trump também ameaçou taxar em 100% os países do Brics — Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul —, se quiserem “brincar com o dólar”. É que o grupo discute a possibilidade de criar uma moeda alternativa para suas trocas comerciais. Atualmente, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva preside o Brics, cuja próxima reunião será no Brasil. Por óbvio, a volta do protecionismo norte-americano será o tema central do encontro. Depois do aço e do alumínio, o etanol brasileiro entrou na mira de Trump.

O “tarifaço” do presidente dos EUA pode causar uma guerra comercial de grande escala e desajustar a economia global, a começar pela inflação norte-americana. As tarifas aumentam o preço dos insumos básicos e espalham reajustes por toda a cadeia produtiva. O Federal Reserve (Fed), o banco central dos Estados Unidos, terá dificuldade de atingir a meta de 2% de inflação. O índice de preços ao consumidor voltou para a casa dos 3% em janeiro, com alta mensal de 0,5%.

Os juros dos EUA já estão na faixa de 4,25% a 4,50%. Entretanto, isso atrai investidores e valoriza o dólar frente a outras moedas. O cenário pode afetar o Brasil, porque uma taxa mais alta faz os títulos públicos norte-americanos renderem mais. Isso atrai investidores, que levam recursos para os EUA. Por aqui, o dólar ontem voltou a subir.

## Razões ideológicas

As tarifas recíprocas são taxas aplicadas entre países ou empresas de forma equivalente. O conceito envolve a aplicação de tarifas idênticas ou proporcionais entre as partes para garantir equilíbrio e evitar distorções competitivas. O protecionismo é uma estratégia recorrente na história dos EUA. No caso de Trump, parte de uma visão ideológica que mitifica o passado, como sintetiza o slogan Make America Great Again (“Torne a América grande novamente”). Desde o século XIX, o país oscilou entre políticas protecionistas e períodos de maior abertura comercial.

Em 1816, a primeira grande tarifa protecionista foi criada para barrar a concorrência britânica. A “Tarifa das Abominações” (1828), que sobretaxou todos os produtos europeus, favoreceu o Norte industrializado, porém prejudicou as exportações de algodão do Sul. Durante a Guerra Civil (1861-1865), a União manteve tarifas altas para financiar o Exército e proteger indústrias. A Tarifa McKinley, de 1890, também aumentou impostos sobre importações de forma generalizada, para incentivar a produção nacional. A Tarifa Dingley, sete anos depois, dobrou a aposta.

Somente em 1913, com a Tarifa Underwood, no governo Woodrow Wilson, houve uma abertura comercial. Entretanto, a Grande Depressão (1929) levou ao retorno do protecionismo. Mas o protecionismo extremo dos anos 1930, com a Tarifa Smoot-Hawley, para proteger empregos nos EUA, provocou retaliação de outros países, colapso do comércio global e agravamento da Grande Depressão. Após a guerra, os EUA deram uma guinada tarifária e lideraram a criação do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, 1947) para reduzir barreiras comerciais globais.

Nos anos 1980, o protecionismo estava de volta: o governo Reagan aplicou tarifas seletivas contra importações de eletrônicos e automóveis japoneses. O Acordo Nafta (1994), que criou uma zona de livre-comércio entre EUA, México e Canadá, era protecionista em relação aos demais países. Na crise do mercado imobiliário de 2008, também houve aumento de medidas protecionistas em setores estratégicos. No seu primeiro mandato, Trump (2017-2021) retomou um protecionismo agressivo, especialmente contra a China. Biden manteve algumas tarifas, mas busca equilibrar protecionismo com alianças internacionais. Nada se compara, porém, ao que está acontecendo agora.

# GDF é ouro!

## Selo Compromisso com a Alfabetização

O GDF acaba de receber nota máxima por promover práticas para incentivar a alfabetização. O “Selo Compromisso com a Alfabetização” faz parte do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) uma iniciativa do Ministério da Educação. Para alcançar o Prêmio, o GDF criou o Alfastrando, um programa voltado para alfabetizar os estudantes e recompor as aprendizagens, reconhecido pelo MEC por sua eficácia e objetividade. Uma ação que garantiu o ouro para a nossa Educação.

